

Ata da Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Cabo Frio, realizada no dia 29 de julho do ano de 1994.

As dezesseis horas do dia vinte e nove de julho do ano de mil, novecentos e noventa e quatro, sob a Presidência do Vereador Flávio da Rocha Mendes e com a ocupação da Primeira Secretária pelo Sr. Adilson Diniz Pereira da Silva, reuniu-se extraordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Além desses, responderam a chamada regimental os seguintes Vereadores: D. Bessa de Siqueira, Carlos Roberto Nogueira dos Santos, Sean Luiz de Araújo, Luiz Antônio de Melo Cotias e Waldir Flávio de Aguiar Neto. A seguir foi lida a Ata da Reunião Extraordinária, realizada no dia vinte e seis de julho do ano de mil, novecentos e noventa e quatro e não havendo quorum para sua aprovação, o Senhor Presidente encerrou a presente Sessão em nome de Deus. E para constar, mandou que se lavrasse a presente Ata, que depois de lida, submetida à apreciação Plenária, aprovada, será assinada para que produza seus efeitos legais.

[Assinatura]
 [Assinatura]

M

Ata da Primeira Reunião Ordinária do Segundo Sessão Legislativa da Câmara Municipal de Cabo Frio, realizada no dia 02 de agosto do ano de 1994

As dezesseis horas do dia 02 de agosto do ano de mil, novecentos e noventa e quatro, sob a Presidência do Senhor Aldemar da Rocha Mendes e com a ocupação da Primeira Secretaria pelo Senhor Dirlei Pereira da Silva, reuniu-se Ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Além desses, responderam a chamada regimental os seguintes Vereadores: Jayr Silva da Rocha, Adilton Pinto de Andrade, Aires Bessa de Siqueira, Alfredo Luiz da Rocha Barreto, Antônio Carlos de Carvalho Sundeade, Antônio Carlos Vieira da Cunha, Carlos Roberto Nogueira dos Santos, Eduardo Pereira Lima, João Luiz de Araújo, Lourenço Antônio de Melo Colias, Ideaquim Schimidt, Osmar Sampaio, Orlando da Silva Pereira, Silas Rodrigues Bento e Waldemar Maurício de Aquino Neto. Havendo cumprido o Senhor Presidente declarar aberta a presente Sessão em nome de Deus. A seguir foi lida e aprovada a Ata da Sessão Extraordinária realizada no dia vinte e nove de julho do ano de mil, novecentos e noventa e quatro.

venta e quatro. Após o cumprimento do
 rito regimental, o Senhor Presidente Fla-
 cos da Rocha flendes solicitou ao Senhor
 Primeiro Secretário, Vereador Dirlei Pe-
 reira da Silva que procedesse a leitura
 do Expediente, que consta do seguinte:
Ofício nº 250/94 - Exmº Senhor Prefeito Mu-
 nicipal de Cabo Frio. Assunto: Encaminha
 o Balanete da Receita e Despesa, referente
 ao mes de março de 1994, do Município
 de Cabo Frio. Ofício nº 250/94 - Exmº Senhor
 Prefeito Municipal de Cabo Frio. Assunto: Enca-
 minha o Balanete da Receita e Despesa, re-
 ferente ao mes de abril de 1994, do Muni-
 cípio de Cabo Frio. Ofício nº 251/94 - Exmº Se-
 nhor Prefeito Municipal de Cabo Frio. Assun-
 to: Encaminha os Balanetes das Receitas
 e Despesas do IBASCAF, referente aos meses de
 fevereiro, março, abril e maio de 1994;
Ofício nº 247/94 - Exmº Senhor Prefeito Muni-
 cipal. Assunto: Em atenção ao Requiri-
 mento nº 048/94 de autoria do Vereador
 Orlando da Silva Pereira, encaminha
 os Balanetes das Receitas e Despesas da
 RUCAF, referente aos meses de outubro, no-
 vembro e dezembro/93 e janeiro, feverei-
 ro e março/94; Ofício nº 191/94 - Exmº Se-
 nhor Prefeito Municipal de Cabo Frio. As-
 sunto: Em resposta à Indicação nº 136/94
 de autoria do Vereador Alfredo Luiz da
 Rocha Barreto, Ofício nº 205/94 - Exmº Se-
 nhor Prefeito Municipal de Cabo Frio. As-
 sunto: Em resposta à Indicação nº 124/94
 de autoria do Vereador Antônio Carlos

Pereira da Cunha; Ofício nº 223/94 - Exm^o Senhor Prefeito Municipal de Cabo Frio. Assunto: Em resposta às Indicações nºs 107, 109 e 110/94 de autoria do Vereador Loucaquim Schmidt. Ofício nº 224/94 - Exm^o Senhor Prefeito Municipal de Cabo Frio. Assunto: Em resposta à Indicação nº 098/94, de autoria do Vereador Carlos Roberto Nogueira dos Santos; Ofício nº 225/94 - Exm^o Senhor Prefeito Municipal de Cabo Frio. Assunto: Em resposta ao Requerimento nº 078/94, de autoria do Vereador Carlos Roberto Nogueira dos Santos; Ofício nº 229/94 - Exm^o Senhor Prefeito Municipal de Cabo Frio. Assunto: Em resposta ao Requerimento nº 090/94, de autoria do Vereador Luiz Antonio de Melo Cotias. Ofício nº 234/94 - Exm^o Senhor Prefeito Municipal de Cabo Frio. Assunto: Em resposta ao Requerimento nº 054/94, de autoria do Vereador Bráz Benedito Arcanjo Filho; Ofício nº 237/94 - Exm^o Senhor Prefeito Municipal de Cabo Frio. Assunto: Encaminha a lei nº 1.262, de 28 de junho de 1994, sancionada por ele. Ofício nº 248/94 - Exm^o Senhor Prefeito Municipal de Cabo Frio. Assunto: Em resposta à Indicação nº 135/94, de autoria do Vereador Odirlando da Silva Pereira; Ofício nº 252/94 - Exm^o Senhor Prefeito Municipal de Cabo Frio. Assunto: Em resposta à Indicação nº 143/94, de autoria do Vereador Carlos Roberto Nogueira dos Santos; Ofício nº 253/94 - Exm^o Senhor Prefeito Municipal de Cabo Frio. Assunto: Em resposta às Ind.

cacoões nºs 115, 142 e 145/94, de autoria do
 Vereador Antônio Carlos Pereira da Cunha.
 Ofício nº 254/94. Exmº Senhor Prefeito Municipal
 de Cabo Frio. Assunto: Em resposta
 às Indicações nºs 131, 132 e 134/94, de au-
 toria do Vereador Luiz Antônio de Melo
 Petras; Ofício nº 256/94. Exmº Senhor Prefeito
 Municipal de Cabo Frio. Assunto: Em respos-
 ta às Indicações nºs 129 e 138/94, de au-
 toria do Vereador Luiz Antônio, digo,
 Vereador Valdir Flávio de Aguiar
 Neto. Requerimento nº 103/94. Vereador
 Silas Rodrigues Bento. Assunto: Dispõe-se
 sobre envio de expediente à Secretaria
 de Estado de Fazenda, solicitando cópias
 das certidões contendo os valores rela-
 cionados ao Fundo de Participação dos
 Municípios, repassados ao Município de
 Cabo Frio nos exercícios de 1993 e 1994.
 Indicação nº 152/94 - Vereador Antônio Car-
 los Pereira da Cunha. Assunto: Solicita
 ao Exmº Senhor Prefeito Municipal a
 construção e implantação de um pos-
 to do Projeto "Médico de família" na
 localidade de Saco Seco, 3º Distrito.
 Indicação nº 153/94 - Vereador Antônio
 Carlos Pereira da Cunha. Assunto: Soli-
 cita ao Exmº Senhor Prefeito Municipal
 a locação do próximo Governo Mine-
 rante na localidade de Cem Brancas,
 3º Distrito; Indicação nº 154/94 - Vereá-
 dor Antônio Carlos Pereira da Cunha.
 Assunto: Solicita ao Exmº Senhor Prefeito
 Municipal a implantação de uma linha

de ônibus circular, aos bairros de Siqueira
3º Distrito. Indicação nº 155/94 - Vereador
Antônio Carlos Pereira da Cunha. Assunto: Solicita ao Exmº Senhor Prefeito
Municipal manutenção ao longo da
Estrada José Bento Ribeiro Dantas, trecho
compreendido entre a Igreja Metodista
do Brasil até o canal do Barrinha, em
Hampshire - 3º Distrito; Requerimento nº
128/94 - Vereador Eduardo Corrêa Kita
Assunto: Solicita ao Exmº Senhor Prefeito
Municipal relatório minucioso das ati-
vidades da Secretaria da Criança e do
Adolescente. Requerimento nº 130/94 - Vereador
dos Sítios Rodrigues Bento. Assunto: Soli-
cita ao Exmº Senhor Prefeito Municipal
informações quanto a área e quanto
ao projeto de construção do novo "Mer-
cado de Luxe". Indicação nº 157/94 - Ve-
reador Eduardo Corrêa Kita. Assunto:
Solicita ao Exmº Senhor Prefeito Munici-
pal a reforma da Praça de São Cristó-
vão; Requerimento nº 131/94 - Vereador Ci-
lândia da Silva Leira. Assunto: Requer
ao Exmº Senhor Governador do Estado,
que providências possam ser tomadas
para que a CERJ no Município de Cabo
Frio tornar-se regional. Após a leitura
do Expediente, o Vereador Alfredo Luiz da
Fonseca Barreto, em Questão de Ordem, dis-
se que se espantava ao ver retirada
de pauta, já fixada no quadro da Ca-
mara, a matéria que diz respeito ao
Veto do Projeto da Guarda Municipal que

havia entrado na Casa, sendo recebido pela Secretaria no dia vinte e nove e que a seu vez, de acordo com o que estabelece a "Lei Máxima do Município", a Lei Orgânica, em seu Artigo 42, Parágrafo 4º e 6º, não ficava duvida a respeito da inclusão da referida matéria na Ordem do Dia daquela Sessão, sendo logo imediatamente posterior ao prazo já esgotado, ainda com a resolução de que a matéria deveria ser examinada até o seu final, antes que pudessem ser discutidos e analisados outros projetos, assim sendo, solicitava à Presidência a inclusão do projeto considerado com os direitos conquistados pela Guarda Municipal ali presentes e que tinha certeza que se tratava de projeto de grande interesse político e que fosse imediatamente discutido. Em resposta a Questão de Ordem levantada pelo Senador Alfredo Louz da Rocha Barreto, o Senhor Presidente Marco da Rocha Mendes disse que a Presidência esclarecia ao Ilustre Senador, que o Artigo 164 do Regimento Interno dizia que o prazo previsto não cabia nos períodos de recesso da Câmara e que infelizmente a Lei Orgânica era omissa neste caso e que por essa razão a Presidência resolvera acatar o Regimento Interno da Casa. A seguir o Senhor Presidente franqueou a Tribuna aos Senadores inscritos em livro.

Como primeiro gradado inscrito, ocupou a Sribuna o Senador Alfredo Lou, da Rocha Barreto, iniciando sua fala registrando que acataria a decisão da Presidência em relação a questão levantada, mas que deixaria a investigação a respeito da dubiedade ou mesmo da contradição existente no parágrafo 3º do Artigo 163 da Lei Orgânica Municipal e o Artigo 164 do Regimento Interno, partindo daí a sua surpresa ao prevalecer a Lei Orgânica, visto o desacordo existente entre o parágrafo 3º que se referia a Sessão Extraordinária e o artigo 164 que casava a Sessão Extraordinária. Presse- quido, disse que sua presença na Sribuna talvez frustrasse aqueles que vil- ram a Câmara Municipal muito mais no intuito de ouvir os questionamentos e análises que eram feitas no presé- quimento da Sessão, das denúncias so- bre as irregularidades administrativas já que aproveitaria seu tempo na Sribuna para abordar assunto que consi- derava ser de suma importância e de domínio público e que se referia ao per- vicio de transporte público do Município de Cabo Frio, já que há uma semana o Senador do ST encaminhara pedido ao Ministério Público solicitando a ins- tauração de Ação Civil Pública contra o Excelentíssimo Senhor Prefeito Muni- cipal para que as passagens de Ônibus voltassem a ter os seus preços anteriores.

a transformação do Real, no mês de junho, custando hoje, R\$ 0,33 (trinta e três centavos) a menor passagem, quando custava em junho R\$ 0,21 (vinte e um centavos) e que assim sendo, o pedido da liminar tinha como objetivo rebaixar o custo dessas passagens, não encontrando outra maneira de agir, já que o Executivo não atendera a dezenas de pedidos de informações através de requerimentos expedidos em agosto de mil, novecentos e noventa e três, só fornecendo as respostas quarenta e cinco dias depois do prazo, sendo esta uma das denúncias apresentadas pelo vereador Dirlei Feijoa da Silva, no que se referia ao não cumprimento de informações. Disse a seguir que a Secretaria continuava a praticar com total liberdade, o poder de fiscalização sem ser controlado pelo Executivo que não controlava as reletas, não controlava o número de passageiros, não controlava o horário das linhas, que não fazia controle nenhum e que era dito e assinado pelo Prefeito, já que tinha em suas mãos o documento onde era afirmado textualmente pelo Prefeito, não existir nas gavetas da Prefeitura, documentos que tratasse do contrato de concessão pública do serviço de transporte e que este documento fora encaminhado ao Plano Técnico Público. falou a seguir que consi-

deral da grande "maracutana" do Plano Real elaborado às pressas por Antonio Carlos "Malvadeza" e Fernando Henrique, que aplicaram o Plano em função das eleições, já que a princípio a mudança da moeda só ocorreria após quinze meses e assim procediam para a manutenção de políticos sem escrúpulos no poder é que em consequência dessa força, o transporte público foi responsável por um quinto da inflação anunciada, e isto se devia também à omissão dos Poderes Executivos que não conseguiam ou não tinham o compromisso necessário para lutarem de frente com o tubarão, que é o poder econômico. Salvo a seguir da rapidez da justiça quando se trata de poderosos e da morosidade quando se trata de pessoas humildes e com esse procedimento lhe causava repúdio, já que no Rio de Janeiro, em menos de oito horas, conseguiram um Juiz que cassou a bofina. Disse que após conversar com a Promotora, se sentiu mais tranquilo, pois sentia na referida, a vontade, a disposição em adotar tais denúncias e condenava a população, aos usuários para que se organizassem para exigir que os pontos de ônibus constassem os números de horários como foi constatado que num itinerário com vinte e quatro horários, a Salineira havia

cotado quatorze, só mantendo dez para
 o disabor da comunidade e com a
 omissão do Executivo que seria o nosso
 grande fiscalizador, encerrando sua
 fala. A seguir ocupou a Tribuna o le
itor Dulci Leiria da Silva que ini-
 ciou sua fala abordando pesquisa realiza-
 da no Programa Imauriz Valério, na rá-
 dio Cabo São AM, com relação a acuta-
 ção das denúncias contra o Prefeito, com
 relação a cassação ou não, tendo como
 resultado, das quarenta e duas pessoas
 que telefonaram respondendo a pergun-
 ta, trinta e oito se disseram favorá-
 veis à cassação do Prefeito e quatro
 contra, ou seja, noventa vírgula qua-
 tro por cento (90,4%) da população de
 Cabo São desejava, anseava e esperava
 da Câmara a cassação do Prefei-
 to José Bonifácio. Disse que se fosse ana-
 lisar a peculiaridade do resultado des-
 sa pesquisa, chegaria a conclusão de
 que quase a totalidade do Município
 de Cabo São desejavam o afastamento
 do Senhor Prefeito e que tal fato assim
 se apresentava em função da ditadura
 que fora implantada no Município a
 partir de primeiro de janeiro de mil,
 novecentos e noventa e três. Disse que ba-
 tava perguntar aos moradores do faze-
 ri, Boca do Mato, fardim esperança, Ca-
 minho de Buzios, Jacá, Cambori, Bu-
 zios, Cem Bracas, ou seja, a qualquer bair-
 ro do Município de Cabo São o que era

proprietário para o município, se o investi-
mento de milhões na Praça Porto Rocha,
de milhões de dólares na construção do
Centrinho Administrativo, milhões de dó-
lars no asfaltamento da Estrada de Bú-
zios, ou investimento equivalente na saú-
de e que a saúde no município de Cabo
Suro era caso de polícia, investimento
na educação, no transporte. Indagou
ainda onde estava a CTC, que fora pu-
blicado para o primeiro dia de Governo
descobriu a seguir, inúmeras promessas
de campanha pregadas pelo Prefeito mu-
nicipal e que até o momento não foram
cumpridas, destacando a miséria de sa-
lário do servidor municipal, quando em
Campanha prometera aos servidores que
não teriam vergonha de dizerem que
eram funcionários municipal. Perguntou
pelo projeto denominado "cada família
um lote" hoje popularmente conhecido
como "a cada família um calote" e
tantos outros, simplesmente com o in-
tuito de enganar ao povo cabofu-
se. Disse que a denúncia apresentada
por este servidor tiraria o peso de
muitas pessoas, principalmente daqueles que
"mamavam no teta" do Governo e que já
poderia observar isto em algumas pessoas
incomodadas, o que era a seu ver, nor-
mal, compreensível no ser humano este
tipo de reação e que dentro em breve
seria atacado na Tribuna por alguns
Servidores da Bancada do Senhor Pe-

feito, dizendo que o Senador Dirlei Peres, na da Silva trouxe a mesma oportunidade em Governo anterior e não o fez e que a única arma desses líderes seriam atacá-lo, já que não podiam defender o indefensável e que isso não o incomodaria, já que estava dando a oportunidade de defesa ao Senhor Prefeito, pois o seu pedido era simplesmente para instauração da Comissão, possibilitando ao Executivo toda a defesa que possa dispor, o que não ocorreria quando o Senador Osmar Sampaio da Silva entrara com a denúncia pedindo o afastamento definitivo do então Prefeito Sr. Saldanha, não permitindo-lhe nenhuma defesa. A seguir, disse que acataria a decisão desta Casa democraticamente, e pedia a sua urgência seja a oportunidade na criação da Comissão. Finalizando, solicitou a todos que votassem não em função da tropa de choque do Senhor Prefeito, mas em função da consciência de cada um dos Senhores Senadores, no que encerrou sua fala. A seguir ocupou a tribuna o Senador Carlos Roberto Albuquerque dos Santos que iniciou sua fala parabenizando o Ilustre Vereador Alfredo Luiz da Rocha Barros, quando na oportunidade abordara de forma brilhante a questão do transporte público. Respeitando, disse o orador que a questão que mobilizava o Município de Cabo Frio na Câmara Municipal de Cabo Frio era a

Questão das denúncias contra o Senhor Prefeito Municipal e que a seu ver, não houve verdadeira mobilização do Senhor Prefeito para lotar a Casa, muito pelo contrário do que se via, era uma mobilização engajada, onde através de panfletos era divulgado a cassação do Prefeito e que não era verdade, pois o que se encontrava na Casa eram as denúncias formuladas por um determinado Vereador que a seu ver esta Casa tinha a obrigação de apurar. Disse ser saudável e democrático quando um Secretário de um determinado Governo recebia denúncia de um mal funcionário ele imediatamente mandava abrir um inquérito administrativo apesar de ser um mal funcionário, para apurar as responsabilidades. Disse que conhecia o Senhor Prefeito e assim, não se poderia fazer alusão a comparação do que houvera entre o pedido de uma CPI no Governo Sr. Saldanha com esse pedido de CPI que seria julgado neste dia, havendo uma diferença muito grande, quando na ocasião a CPI foi solicitada para apurar denúncia de que o Executivo tinha contratado uma firma fantasma para faturar dinheiro para pagar Vereadores, sendo uma denúncia gravíssima e que esta Casa na época, com o respaldo de determinados Vereadores, alguns até formulavam as denúncias, neste dia negou-se a apurá-la e que o que se encontrava na Casa eram acusações contra o Senhor Prefeito Municipal.

de não cumprimento de determinados itens da Lei Orgânica e da Constituição Federal. Disse que conhecendo o Prefeito, tinha certeza que ele iria apurar, não passando por sua cabeça que o Senhor Prefeito quisesse coisa diferente. Em aparte o Senador Omar Sampaio da Silva disse que desde o primeiro dia de seu mandato assistia o Governo Municipal a descumprir prazo para a entrega de documentos para esta Casa e que evidentemente não o deixava satisfeito tal prática, mas que a Prefeitura deixada por Governos passados, sendo tudo feito manualmente, não tinha condições de responder com o crescimento da administração municipal em velocidade para atender às necessidades da Câmara e que para o Governo Municipal tinha a intenção de solicitar informações e que até a Câmara descumpria os prazos pela mesma razão. Disse sendo o cumprimento de todos que a LDO no governo passado precisou de uma batalha para ser remetida a esta Casa e quando aqui chegara, parecia até uma carta de bilacadeira e que pela primeira vez no Município, tivera uma verdadeira LDO e que apesar dos fatos, serem irregulares, não estavam ligados a corrupção como era peculiar na administração passada e que a Prefeitura em breve solucionaria este problema com a informatização e agradecendo o aparte concedido pelo Senador Carlos Roberto Nozueira dos Santos encerrara sua fala. Respeitando, o Senador

Partes Roberto Nogueira dos Santos disse que o aparte do Senador Osmar Sampaio fora de grande valia e que completava o seu pensamento. Continuando, disse que não tinha dúvidas de que as denúncias foram frutos de interesses não correspondido e que se os dois últimos Governos ali estivessem, com certeza não estaria sendo pedido esta CPI, já que no governo passado a linguagem era outra. Não era a linguagem da moralidade e que tinha muitos pontos discordantes com o atual Governo, pontos loses que partilharam em campanha, em palanques e que depois das eleições foram esquecidos, tomando outros rumos, mas tinha certeza e a convicção de que este Governo era baseado na imoralidade, errando assim sua fala. A seguir ocupou a tribuna o Senador Waldemar Aurício de Aquino Neto que iniciou sua fala reportando-se a administração anterior, quando na época fora pedido uma CPI para apurar desvio de 180 mil dólares, naquela época doze milhões de cruzeiros e que tinha nesta Casa o líder do Governo que lutava incontinenti para que esta denúncia não fosse adiante, disse que este mesmo Senador já em seu terceiro mandato, numa questão meramente política, se posicionava com apresentação de denúncias contra a administração atual, esquecendo-se de seu passado quando tivera a oportunidade de cassar quem, zealadamente cometa irregularidades. Disse que o Gover

no de José Benifício era um Governante diferente de todos os outros e que assim sendo o popularia sempre, já que presenciara os seus colegas serem massacrados pela administração anterior e que o Governo atual além de trazer alguma vantagem na questão salarial, dignificou o seu funcionamento disse que o salário não mais seria com o atraso de dez dias, com a inflação corrente, o mais ainda o salário do funcionalismo. Salvo do CIEI inaugurado em Jardim Esperança, em convênio com o Governo do Estado, assim como em Sangradouro, Jacaré, em Urumirim, todos funcionando e abrigando nossas crianças. Discorreu a seguir de inúmeras obras de grande importância para o nosso Município em apenas um ano e sete meses, tais como a Estrada de Búzios hoje sinalizada em boa condição, o laboratório do Sbascaf todo aparelhado e que diante desses fatos não poderia concordar com as falsas. Em aparte, o Senador Osmar Simão da Silva disse que as acusações do deador denunciante são estemporâneas, com relação a prestação de conta, com relação ao 'balançete' e com relação a própria lei de Dietas e Documentárias que já veio a esta Casa e que inclusive já foi aprovada e que tinha em mão tal documento para que pudesse elaborar o orçamento e remeté-lo a esta Casa até o dia trinta de setembro, de forma que do seu prisma, o documento em julgamento neste dia era um papel sem maior importância para a

vida do município, já que a Câmara não estaria prejudicada, pois a documentação exigida já se encontrava nesta Casa, encaminhando assim o seu aparte. Prosseguindo disse o Vereador Waldin Maurício de Aguiar Neto que estaria sendo implantada em toda a Prefeitura, em todas as Secretarias, o Projeto de informatização com o auxílio de UERS para solucionar esses problemas e que nenhum outro Governo tivera essa iniciativa já que as coisas no computador ficaram bem mais claras, encerrando o pleiteio sua fala. Como último orador inscrito, ocupou a tribuna o Vereador Antônio de Melo Petras, que iniciou sua fala abordando a presença dos funcionários que se encontravam na assistência muitas das vezes obrigados pelo Prefeito que entendia muito bem o que era o trabalho, uma vez que já passara por isso quando em oportunidade fora funcionário da Prefeitura. Salvo a seguir da denúncia apresentada pelo Vereador Dêni Pereira e que curva atentamente os Vereadores que o antecedera com destaque ao pronunciamento do Ilustre Vereador Alfredo Baretto com relação a respeito de requerimento e a parte de transporte. Disse que ficava abismado quando no dia doze de fevereiro de mil, novecentos e noventa e três, fora autor de requerimento onde se citava as concessões e licitações do transporte coletivo em Cabo Frio e que até hoje não obtivera resposta, com o Executivo de